

O plano da nova amazônia

O governo Lula parece acreditar que só o grande capital pode salvar a grande floresta



O governo federal acabou de apresentar em audiências públicas em oito cidades da Amazônia um *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável* para a área da BR-163, a rodovia que vai de Cuiabá, a capital de Mato Grosso, a Santarém, cidade próxima à foz do Amazonas. O governo considera que o plano da 163 é um *piloto* para seu programa mais geral, o *Plano Amazônia Sustentável*.

A floresta amazônica vem sendo derrubada intensivamente. A idéia central do *PAS* é desenvolver a região explorando a floresta de modo racional, sustentável. E pode-se imaginar diversas formas de realizar esse objetivo. O governo poderia, por exemplo, intervir pesadamente na área, com gente e recursos:

Um: para forçar com que a exploração da floresta obedeaça aos princípios do desenvolvimento sustentável. As técnicas de manejo da floresta são relativamente conhecidas. Existem centenas de pequenas e médias empresas madeireiras na região — no ano passado, elas exportaram perto de US\$ 1,0 bilhão de dólares. Há também diversas experiências de associação de grupos de pequenos proprietários de terras com empresários locais para promover a exploração madeireira racional; e

Dois: para proteger os pequenos e médios, com serviços públicos de saúde, educação, segurança, transporte, tecnologia e crédito. Há doenças disseminadas na região como a malária e a hanseníase. A violência e a grilagem de terras é comum e é preciso resolver, com urgência, o problema da titulação das terras.

Como se sabe, no entanto, a orientação mais geral do governo é outra. Na esteira do modelo herdado da década neoliberal, todos os planos oficiais se baseiam numa intervenção estatal discreta, com políticas compensatórias para proteger os muito fracos, e na criação do que se chama de um *marco regulatório*, para disciplinar a intervenção dos que, na visão oficial, realmente importam, as grandes empresas, nacionais e internacionais. No caso, o marco regulatório é o PL-4776, o Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, que está no Congresso.

A inspiração do projeto vem de fora. Vem do conhecido *Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest* (Programa Piloto para Conservar a Floresta Úmida Brasileira), o PPG7, de 1992. Nessa época, o governo de Fernando Collor de Mello, com o objetivo de se legitimar junto às grandes potências do G7, iniciou o dismantelamento do setor estatal brasileiro e adotou uma série de medidas “ecológicas”, a mais espetacular das quais foi a destruição de instalações onde supostamente o país pretenderia testar artefatos nucleares — na grande reserva militar onde fica a Base Aérea de Cachimbo, no Pará.

A idéia da exploração sustentável da Amazônia através de atividades madeireiras anima os grupos privados desde aquele período. A partir de 1994, por exemplo, o grupo suíço *Precious Woods* adquiriu 80.000 hectares perto de Manaus para exploração florestal segundo padrões avalizados por diversas organizações não-governamentais dedicadas a essa idéia, de explorar a floresta de modo racional.

Patrimônio da humanidade Em 1997, a ONU aprovou uma orientação para o desenvolvimento de planos nacionais de florestas públicas (na concepção de representantes de alguns países ricos, de um modo geral aqueles que já não têm mais grandes florestas, esses planos nacionais deveriam ser vistos como medidas de defesa do meio ambiente global, como patrimônio da humanidade).

Em 2000 o governo Fernando Henrique Cardoso fez o primeiro projeto desse tipo, com o intuito de conceder áreas para exploração de madeira. Nas vésperas da posse do governo Lula, o Grupo de Assessoria Internacional do PPG7 fez pressão para que o novo governo não abandonasse a idéia do Programa Piloto. Em dezembro, FHC enviou ao Congresso o PL 7492-02 para regulamentar o Plano Nacional de Florestas. Ele previa a concessão de 50 milhões de hectares para exploração de madeira em terras públicas através de concessões por 60 anos, prorrogáveis por mais 60. É esse projeto que foi reformulado pelo governo Lula e está no Congresso. O projeto não estabelece, mas instruções que o Ibama está fazendo circular entre seus técnicos estabelecem a meta de 65 milhões de hectares de concessões (haveria um período de teste, de 10 anos, com concessão de 13 milhões de hectares). Foi acrescentada ao projeto de FHC a parte que chamamos de compensatória, a garantia de que o governo protegerá ribeirinhos, quilombolas e sem terra — 90.000 famílias no Plano da BR-163. E foi definida a parte mais relevante, destinada aos grandes empresários: serão licitados lotes em três modelos: de 10.000 hectares; de 40.000 hectares; e de até 200.000 hectares.

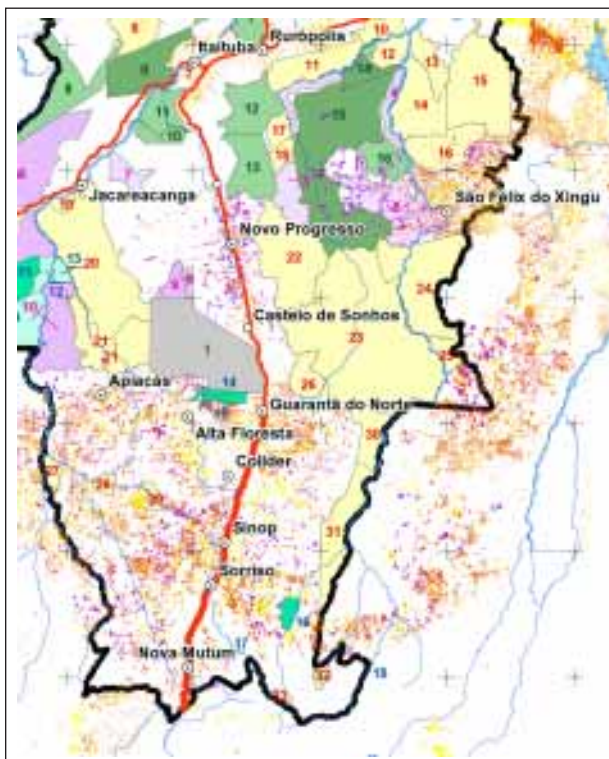
Na audiência do Plano da BR-163, em Novo Progresso (PA),

o representante do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Azevedo, fez uma conta curiosa: se se fosse dar um lote de 100 hectares a cada família, das 8 milhões de famílias brasileiras que se calcula que poderiam querer um lote de 100 hectares, seriam necessários 800 milhões de hectares, aproximadamente a área do Brasil e cerca de duas vezes a área da floresta amazônica. O governo parece mais interessado em promover o desenvolvimento da área com grandes empresas: bastariam 2000 grandes empresas interessadas nos lotes de 200.000 hectares para se ocupar e desenvolver toda a Amazônia, segundo a concepção que, em última instância, parece animar certos teóricos do governo que acham que capital não tem pátria, que o grande capital é melhor que o pequeno e que o capital estrangeiro é melhor ainda.

Segunda fase do PPG7 Para a conclusão de que a orientação seguida pelo governo atual é a mesma que vem se desenvolvendo há anos um bom indício é o fato de Azevedo, que é diretor do Programa Nacional de Florestas do MMA e engenheiro florestal, ter sido da equipe de técnicos que avalizou o projeto da *Precious Woods*, no Amazonas, que ele considera uma espécie de modelo para a região. E a prova mais contundente de que o projeto atual é uma continuidade das políticas anteriores criadas por sugestão do G7 e do Banco Mundial é o fato de no dia 24 agosto do ano passado o governo brasileiro e o Banco Mundial terem anunciado um programa pelo qual o banco emprestará ao país até US\$ 1,2 bilhão, em quatro anos, "o maior empréstimo já feito pelo Banco no setor de meio ambiente em todo o mundo". Nas palavras do diretor para o Brasil e vice-presidente do Banco Mundial, Vinod Thomas, o empréstimo é um reconhecimento do "compromisso do governo brasileiro com a área ambiental"; e "reforça o apoio da comunidade internacional a iniciativas desse

tipo, como a segunda fase do PPG7".

A visão do governo parece ser a de que as grandes empresas farão melhor que os aventureiros nacionais que há décadas se embrenham pelas matas da Amazônia. O próprio governo FHC, diz Tasso, já vinha reduzindo o número de concessões para manejo florestal, talvez com o mesmo espírito. Nada indica no entanto que esse plano de exploração de florestas públicas encaminhado ao Congresso e que se apóia em concessões de grandes áreas ao grande capital seja solução, ou para os problemas sociais da região, ou para a economia do país. O caso da *Precious Woods* pode ser citado de novo como um exemplo. A despeito de ser visto como modelo por técnicos da cúpula do Ministério do Meio Ambiente, ele tem os problemas fundiários comuns da região. A empresa se considera a legítima proprietária de diversos lotes que adquiriu e que está tentando unificar numa só grande fazenda. Mas admite que tem posseiros, "grupos de cerca de 50 famílias", "que se estabeleceram na área em épocas distintas antes da compra". Suponhamos que o projeto seja tecnicamente bom, que preserve a floresta e que gere divisas para o país continuar pagando a sua enorme dívida externa – que é, aliás, a maior de todos os países do Terceiro Mundo. Mas o que se fará com esses grupos de famílias que atrapalham a *Precious Woods*? Para que nova Amazônia distante eles emigrarão? Por outro lado, a exploração da madeira pode crescer muito e apenas estar criando mais um setor do agronegócio para favorecimento dos grandes empresários. Como o que favoreceu os grandes sojicultores do norte de Mato Grosso, que além de terem expulso os pequenos proprietários de novo para dentro da selva, sacramentaram o desmatamento da região, como o leitor poderá ver no nosso artigo especial "Na Cuiabá-Santarém", que começa na página 20. ■



A INTERDIÇÃO QUE ABALA NOVO PROGRESSO

No dia 17 de fevereiro, o presidente Lula assinou o decreto que estabeleceu a *interdição administrativa* de uma área de 8,2 milhões de hectares a oeste da BR-163, na altura de Novo Progresso. A *interdição* suspendeu projetos florestais já aprovados e proibiu o corte da floresta nessa área. A ilustração ao lado é de um dos mapas do *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável* da BR-163, distribuído pelo governo nas audiências públicas na região. O traço preto forte delimita a *área de influência* da estrada. As áreas coloridas numeradas são protegidas por leis: as principais são reservas indígenas, em amarelo; e áreas florestais, em tons de verde e azul. Em cinza, com o número 1, está a área militar de Serra do Cachimbo. Os milhares de pontos coloridos são desmatamentos: os amarelos são anteriores a 2000; os vermelhos, são de 2001 a 2003; e os roxos, de 2004. Como se vê, todo o norte de Mato Grosso (que vai até Serra do Cachimbo) está intensamente desmatado. Há um desmatamento intenso também a leste, de norte a sul na ilustração (o mapa oficial não mostra, mas ele corresponde à área da estrada que vai de Belém a Barra do Garças, no sul de Mato Grosso). Pelo mapa se percebe o objetivo do governo ao interditar a área a leste da BR na altura de Novo Progresso: tentar segurar o desmatamento onde ele está começando.